

A PRESENÇA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO EM SERGIPE

José Bezerra Lima Irmão¹

RESUMO: Pretende-se neste trabalho avivar um aspecto da saga do Conselheiro pouco estudado: sua passagem por Sergipe em sua jornada do Ceará para a Bahia, assinalando-se as obras comunitárias realizadas nessa ocasião em Currálinho, Itabaiana e Riachão do Dantas, bem como sua peregrinação, mais tarde, por Simão Dias e Lagarto, destacando-se por fim a construção e restauração de igrejas e cemitérios em Campos (Tobias Barreto), Itabaianinha, Geru e Vila Cristina (Cristinápolis). A Guerra de Canudos foi uma guerra unilateral, uma agressão. Procura-se aqui reparar o equívoco perpetrado contra sua figura histórica, retratado como uma criatura esquisita, um louco. O Conselheiro não tinha nada de louco. Nas circunstâncias do seu tempo e do meio em que viveu, foi um homem cuja memória deve ser tratada com respeito. Um homem que pregava o bem e realizava obras que caberia ao governo fazer – o governo só aparecia para punir e para cobrar impostos.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Conselheiro; Beato; Sergipe; Obras comunitárias; Guerra de Canudos.

ABSTRACT: The aim of this paper is to revive an understudied aspect of the Counselor's saga: his passage through Sergipe on his journey from Ceará to Bahia, highlighting the community works carried out on that occasion in Currálinho, Itabaiana and Riachão do Dantas, as well as his pilgrimage, later, by Simão Dias and Lagarto, highlighting finally the construction and restoration of churches and cemeteries in Campos (Tobias Barreto), Itabaianinha, Geru and Vila Cristina (Cristinápolis). The War of Canudos was a unilateral war, an aggression. The aim here is to repair the mistake perpetrated against his historical figure, portrayed as a strange creature, a madman. The Counselor was nothing crazy. In the circumstances of his time and the environment in which he lived, he was a man whose memory must be treated with respect. A man who preached good and performed works that it would be up to the government to do - the government only appeared to punish and to collect taxes.

KEYWORDS: Anthony the Counselor; Blessed; Sergipe; Community works; War of Canudos.

O APÓSTOLO CONSELHEIRO

Antônio Vicente Mendes Maciel deu início à sua vida de beato itinerante em 1871. Seu pai, dono de um armazém em Quixeramobim, falecera em 1855, deixando muitas dívidas. O jovem Antônio tentou em vão salvar os negócios arruinados deixados por seu

¹ Advogado. Membro da Academia de Letras e Artes do Cangaço, da Academia Literária do Amplo Sertão Sergipano e da Academia de Cultura da Bahia. Autor de *Lampião – a Raposa das Caatingas*, *Fatos Assombrosos da Recente História do Nordeste* e *Capítulos da História do Nordeste*.

pai. Exerceu várias profissões – professor, caixeiro de uma casa comercial, escrivão de juiz de paz e rábula, advogado de pobres. Ele tivera uma boa preparação. Seu pai queria que ele fosse padre. Antônio tinha sido bom aluno de português, latim e francês. Falava e escrevia com clareza e objetividade. Tinha uma caligrafia invejável. Não bastassem os dissabores financeiros, Antônio ainda sofrera as frustrações de um casamento infeliz (CUNHA, 2002, p. 102-103; MACEDO, 1969, p. 21/25, 39/43 e 101/143; BENÍCIO, 1997, p. 35/41; NOGUEIRA, 1978, p. 4-5 e 193-194; COSTA, 1993, p. 61/63; VILLA, 1995, p. 14/16).

Naquela época eram muito comuns no Nordeste as chamadas Santas Missões: frades missionários saíam pelas vilas e fazendas celebrando missas, cantando benditos, rezando terços e ladainhas, realizando procissões, confessando pecadores, batizando, crismando, casando amancebados. As pregações e práticas religiosas duravam oito a dez dias. Além da preocupação com a purgação dos pecados e a salvação das almas, os frades também cuidavam de incentivar os homens a fazerem obras comunitárias, como a construção de capelas e cemitérios e a escavação de tanques. Sugestionados com as práticas e os sermões dos missionários, muitos sertanejos tornavam-se beatos, passavam a usar um hábito de cor escura e de alguma forma imitavam as ações dos frades missionários.

Foi o que aconteceu com o jovem Antônio Vicente. Na infância ele tinha lido a vida de vários santos da Igreja. Conhecia bem a Bíblia e dois livros muito populares no sertão, *Missão Abreviada* e *Horas Marianas*. Sofreu grande influência do Padre Mestre Ibiapina, o missionário andarilho.

Em 1871 Antônio Vicente saiu do Ceará com outros peregrinos acompanhando missionários nas Santas Missões. Começou a fazer pregações. Um grupo de seguidores formou-se em torno de sua figura carismática. Tornou-se um apóstolo ambulante, viajando a pé pelos sertões de Pernambuco, rezando, pregando, dando conselhos – daí o apelido: Antônio Conselheiro. Por onde passava ia arrebanhando gente para rezar, abrir estradas, fazer cacimbas, cavar tanques e construir ou reformar igrejas, capelas e cemitérios. Não aceitava esmolas, e pouco se alimentava. Só recebia o que considerasse necessário à sua subsistência. Para os que trabalhavam com ele, pedia apenas alimentos, roupas e remédios. Os estudos sobre o Conselheiro evidenciam que ele não fazia milagres. Era amado pelo povo em virtude do seu trabalho e do seu exemplo de vida. Os registros dão conta de que ele era humilde, respeitador e honesto, sempre procurando fazer o bem. E seu estilo de vida denota que ele não sabia o que era ambição.

Em 1874 o Conselheiro desceu de Pernambuco com seus romeiros em direção à Bahia. É incerta a rota seguida no território alagoano. Sabe-se que no início daquele ano ele atravessou o São Francisco para o lado sergipano, desembarcando no porto de Curralinho, hoje município de Poço Redondo. Seus seguidores eram quase todos cearenses e pernambucanos. Foi em Curralinho a primeira obra realizada pelo Conselheiro nessa nova fase de sua peregrinação, onde ele restaurou uma capelinha no alto de um morro na beira do São Francisco, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.



Figura 1: Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Curralinho (“Igreja do Conselheiro”), no atual município de Poço Redondo (SE), construída ou restaurada em 1874 por Antônio Conselheiro. Sergipe em Fotos: <http://sergipeemfotos.blogspot.com/2013/01/igreja-de-conselheiro-povoado-de.html>

Dali, o Conselheiro prosseguiu com seu séquito abrindo a facção a estrada de Curralinho à Serra Negra, na Bahia, e depois do arraial de Cipó de Leite entrou novamente em Sergipe, passando por Carira, Gameleiro, São Paulo (atual Frei Paulo), Saco do Ribeiro (Ribeirópolis), a caminho de Itabaiana.

Nos poucos dias que passou em Itabaiana, o beato construiu o cemitério de Flechas, nos arredores da vila, e cavou um tanque que ficou conhecido como Perpétua. Arranchou-se numa casa da família de Romão de Nanã, na Rua da Pedreira (atual Rua Marechal Deodoro da Fonseca). Ao retomar a caminhada, engrossavam o seu séquito três rapazes da família de Romão e quatro negros fugidos da escravidão. Mais tarde iriam juntar-se ao beato muitos moradores dos sítios Matapoã, Caraíbas, Pé do Veado, Flechas e Nicó (SAMARONE, 2018).

O beato andarilho deteve-se alguns dias em Riachão do Dantas, onde foi bem recebido pelo vigário José Antônio de Vasconcelos. O Conselheiro fazia suas prédicas na Praça da Matriz. Pregava bem alto para que todos escutassem. Os moradores ouviam com atenção e fervor (FONTES, 1977).

Muitas famílias decidiram acompanhá-lo quando ele se dirigiu ao povoado Samba (atual Bonfim), onde construiu uma capelinha e um cemitério. Ao mesmo tempo, os seguidores do beato construíram também o cemitério de Tanque Novo, outro povoado do município de Riachão do Dantas. No Samba, um cidadão de posses chamado Antônio Marciano dos Santos reuniu a família, até os velhos pais, vendeu tudo o que tinha e juntou-se aos peregrinos (CALASANS, 1995). Passaria a ser chamado de Marciano de Sergipe, um dos homens de confiança do beato, a quem foi fiel até o último instante na tragédia de Canudos. Fato curioso: Antônio Marciano era parente próximo do tenente-coronel Antônio José Siqueira de Menezes, que participou da tenebrosa Guerra de Canudos como chefe da comissão de engenharia do Exército.

Viajando com sua gente em direção à Bahia pela estrada de Jabiberi, acima da vila de Campos (atual Tobias Barreto), o beato deteve-se no outro lado do Rio Real, no povoado Rainha dos Anjos, termo de Itapicuru (antiga Missão da Saúde). Gostou do lugar. Em Rainha dos Anjos não havia necessidade de tanques ou cacimbas, pois o arraial ficava na beira do rio. O que faltava era um lugar para rezar e sepultar os mortos. Antônio restaurou a antiga capela e construiu um cemitério.

Corria o sertão todo a fama do beato misterioso. Diariamente chegavam a Rainha dos Anjos pessoas vindas de toda parte, famílias inteiras, até velhos, mulheres com filhos de colo, outras com filhos na barriga. O estranho personagem era chamado de

diversas formas: o Aparecido, Antônio Aparecido, Irmão Antônio, Antônio dos Mares, Pai Conselheiro, Santo Conselheiro... À noite, depois do trabalho, todos se reuniam na frente da igreja em construção, acendiam várias fogueiras, para ouvir o beato pregar o Evangelho e ouvir os seus conselhos. O Conselheiro era magro, de aparência sofrida, cabelos longos, barba crescida, usando um hábito azul de algodão. O povo achava que era o próprio Jesus Cristo (FONTES, 1977, p.7-8; SAMARONE, 2018; COSTA, 2019).



Figura 2: Mapa da passagem do Conselheiro por Sergipe, elaborada pelo autor a partir de imagem obtida no Wikimedia Commons: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=2682854>

“O RABUDO”, TRIBULAÇÕES E TRUCULÊNCIA

Quem não estava gostando eram os padres e os fazendeiros da região: os padres por não aceitarem que as pessoas, em vez de irem à missa, agora só ouvissem o Aparecido; e os fazendeiros porque seus vaqueiros e escravos abandonavam os afazeres do campo e das roças e iam juntar-se aos esmolambados seguidores do esquisito santarrão. O Barão de Jeremoabo, dono do Engenho Camuciatá, a légua e meia de Itapicuru, considerava-se o mais prejudicado com a desordem causada em seus domínios pelo beato Aparecido.

O jornal semanário *O Rabudo*, editado em Estância, noticiou em novembro daquele ano a passagem de um “Antônio dos Mares”, procedente do Ceará, que pregava e ensinava a doutrina de Jesus Cristo. O jornal descrevia o beato como um personagem misterioso, vestindo um hábito sujo, cabelos sebosos, uma figura degradante. Insinuava que aquele homem havia cometido um grave crime, e pedia providências: que ele fosse preso a fim de prevenir os males que ainda não tinham sido postos em prática. Informava que Antônio dos Mares estava em Rainha dos Anjos, na Bahia, erigindo um templo (*O Rabudo*, de Estância/SE, edição de 22.11.1874).

Encontrando-se nessa ocasião no arraial de Sambaíba, próximo de Rainha dos Anjos, por pouco o beato não foi preso por um alferes de polícia, a mando do Barão de Jeremoabo – quando o alferes chegou a Sambaíba o peregrino tinha seguido para a vila de Campos, em Sergipe.

De volta à Bahia, em 1875 o Conselheiro esteve ocupado na conclusão das obras em Rainha dos Anjos. Contava com o apoio do vigário de Itapicuru, padre Antônio Agripino da Silva Borges, membro ativo do Partido Liberal, adversário ferrenho do Barão de Jeremoabo, do Partido Conservador.

No mesmo ano, o Conselheiro procurou o vigário de Aporá, oferecendo-se para concluir o cemitério local, iniciado pelos padres lazaristas. O padre autorizou, mas com uma condição: o beato podia rezar o terço com o povo, mas não podia fazer pregação, que era atribuição do sacerdote. Inconformado com essa decisão, o Conselheiro interrompeu as obras (CALASANS, 1973).

Em junho de 1876, por pressão do Barão de Jeremoabo e das autoridades eclesiásticas, preocupadas com a ampliação da influência religiosa de Antônio Conselheiro, o chefe de polícia da Bahia mandou prendê-lo. A prisão foi feita em Itapicuru. Ao chegar a Salvador, deportaram-no para Fortaleza, para averiguação de supostos crimes que ele teria cometido no Ceará. Era acusado de ter assassinado a mãe e

a mulher (LITRENTO, 1998, p. 85/89). Porém sua mãe morrera em 1834 quando ele tinha apenas quatro anos, e a ex-mulher estava viva. O juiz de Quixeramobim, Dr. Alfredo Alves Mateus, não encontrando nada que o desabonasse, mandou soltá-lo.

O Conselheiro retornou ao sertão baiano. Em Itapicuru, foi recebido em júbilo por seus seguidores, que tinham ficado desorientados durante a sua ausência (CALASANS, 1997, p. 33/41 e 61/63).

ROMARIA DO PEREGRINO POR SIMÃO DIAS E LAGARTO

O beato retomou as atividades com o mesmo vigor. Depois de ajudar o vigário Agripino Borges na construção do muro do cemitério de Itapicuru, o Conselheiro construiu uma igreja na fazenda Mocambo (atual cidade de Olindina), concluída em 1882.

Em 1884, deu início à construção da igreja de Chorrochó, considerada a mais importante de suas obras até então. Em frente à igreja, na praça principal, foi chantado um cruzeiro numa base de cal e pedra, cercado de madeira, constituindo uma espécie de coreto, onde o beato fazia suas prédicas (CALASANS, 1997, p. 63/66).

Concluída a igreja de Chorrochó, o Conselheiro voltou a Sergipe. Tem-se notícia de sua chegada a Simão Dias em janeiro de 1886, vindo de Patrocínio do Coité (Paripiranga), onde fora mal recebido pelo padre Vicente Valentim da Cunha.

Entrou em Simão Dias numa tarde de sexta-feira, aboletando-se com seus romeiros maltrapilhos num descampado em frente ao Cemitério São João Batista. A notícia espalhou-se, e todo mundo correu ao local para vê-lo. Alguns romeiros portavam espingardas e garruchas de carregar pela boca, mas a maioria trazia apenas instrumentos de trabalho – foices, facões, machados –, e as mulheres conduziam potes, panelas, cabaças, cuias e outros objetos de uso doméstico. O peregrino chamou um sujeito que tinha um grande rosário pendurado ao pescoço e mandou-o levar um recado ao vigário da paróquia, padre José Joaquim Ludovice, pedindo permissão para fazer uma pregação na Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana. O vigário negou o pedido. Obediente, o beato foi acampar fora da vila, na parte sul, junto de uma capelinha num tabuleiro chamado Bonfim. No dia seguinte, mandou outro recado ao padre Ludovice, através de um romeiro, instando para que o autorizasse a usar a capelinha, já que lhe fora vedado o acesso à Igreja Matriz. O pedido foi negado.

O peregrino e sua gente partiram de Simão Dias na direção da “pancada do mar”, pela estrada de Lagarto. No caminho, novos fiéis incorporaram-se ao grupo de romeiros. Depois de atravessar o Rio Jacaré, o Conselheiro dirigiu-se ao povoado Santo Antônio, onde havia uma capelinha. Demorou-se ali alguns dias, sem ser incomodado nem incomodar ninguém, até que a notícia de sua presença no povoado chegou ao conhecimento do vigário de Lagarto, padre João Batista de Carvalho Daltro, o famoso Padre Data, que era também chefe político local, homem mandão e autoritário, que tinha fama de deitar e fazer filhos com as devotas. O Padre Data temia a presença do beato, receando perder a autoridade sobre o seu rebanho. Acompanhado do sacristão Antônio Vitorino e paroquianos da irmandade do Sagrado Coração de Jesus, o vigário dirigiu-se a Santo Antônio a fim de persuadir o beato a retirar-se do povoado, proibindo-o de continuar pregando na capelinha. O Conselheiro ouviu o sacerdote com indiferença, mas no dia seguinte retirou-se com seus romeiros sem qualquer hostilidade.

Sabe-se que passou por Campo do Crioulo, ainda no município de Lagarto, indo sair em Tanque Novo, município de Riachão do Dantas, passou pela vila de Campos (Tobias Barreto) e penetrou de novo na Bahia (MACEDO, 1969, p. 154/157; SANTOS, 2010, p. 5/7; WANDERLEI, 2013, p. 51-52 e 89/91; CALASANS, 1995).²

O OBREIRO INCANSÁVEL

De volta a Itapicuru, onde continuava como vigário o amigo Agripino Borges, o Conselheiro estabeleceu-se na fazenda Dendê de Cima, a cinco léguas da vila. Era um lugar aprazível, numa espécie de tabuleiro. Decidiu fazer daquele lugar seu pouso permanente. Mandou que os romeiros derrubassem a mata e levantassem suas casas. Ele também fez a sua. Uma casa simples, sem um móvel sequer, não tinha nem onde se sentar. Iniciou a construção de uma igreja que seria a mais bonita dos sertões da Bahia, superando a de Chorrochó, também com um cruzeiro na frente. Na praça extensa, mandou construir um barracão para abrigar os novos romeiros que fossem chegando. Mandou cavar um tanque. Deu ao lugar o nome de Bom Jesus (atual cidade de

² Essa incursão por Simão Dias e Lagarto teria sido em janeiro de 1886, conforme carta dirigida ao arcebispo de Salvador pelo vigário de Lagarto, João Batista de Carvalho Daltro, datada de 17 de janeiro de 1886. Porém essa carta somente apareceu em 1910, e surgiram outras cartas do mesmo vigário relatando o mesmo fato datadas de janeiro de 1888. Para completar a confusão, a visita do beato a Lagarto viria a ser noticiado 11 anos depois, em 1897, no jornal *A Notícia*, de Aracaju, no dia 29 de janeiro, p. 2. Teria o vigário deixado de comunicar o fato na ocasião própria? A única coincidência é o mês – janeiro.

Crisópolis). Na inauguração, a igreja foi benzida pelo padre Agripino Borges, com grande festa, música e foguetório.

Entre 1887 e 1888, o beato fez os alicerces da Igreja de Biritinga (antiga Manga) e construiu o enorme cemitério de Entre Rios. Em Monte Santo, reformou em 1892 as capelinhas do Caminho da Santa Cruz, na Serra do Piquaraçá, construídas por frei Apolônio de Todi. Em 1893 levantou o cemitério de Ribeira do Pau Grande (atual Ribeira do Amparo) e o cemitério de Timbó (hoje um bairro da cidade de Esplanada), e foi convidado para construir a Igreja do Sobrado, em Aporá, com dois andares (CALASANS, 1973).

Apesar dos protestos dos grandes proprietários e das autoridades eclesiásticas, o Conselheiro continuava sua missão. As notícias de suas obras grassavam por toda parte, não lhe faltando convites de vários lugares para novas realizações. O Conselheiro apenas pedia alimentos para os trabalhadores. Ele próprio se contentava com um pires de pirão e um ovo cozido, diariamente.

Em 1882, o arcebispo primaz da Bahia, D. Luís Antônio dos Santos, influenciado pelos fazendeiros, havia expedido uma circular ao clero do sertão ordenando aos vigários que tomassem providências para coibir as pregações do Peregrino.

As pressões da Igreja surtiram efeito contrário: a cada dia mais pessoas acorriam para ouvir as pregações do Conselheiro.

Em 1887, o arcebispo chegara a solicitar ao presidente da província a internação de Antônio Conselheiro num hospício de alienados. O presidente da província repassou a questão para o governo central. O ministro dos Negócios do Império, Barão de Mamoré, fez pouco caso da tresloucada solicitação, respondendo que não havia vaga no manicômio.

Enquanto isso, o obstinado Antônio Conselheiro continuava sua missão.

Mesmo depois de se estabelecer em Canudos, em 1893, o Conselheiro ainda realizou algumas obras em Sergipe. Em Campos (atual Tobias Barreto), efetuou naquele ano pequenos reparos na Igreja Matriz e iniciou a construção da capela de Santa Cruz na rua principal da vila. Provavelmente em 1895, fez reformas na Igreja de Itabaianinha e levantou um cemitério em Geru e outro em Vila Cristina (Cristinápolis). O jornal *Folha de Sergipe*, de Aracaju, na edição de 2 de abril de 1897, registra a construção do cemitério de Vila Cristina pelo Conselheiro, sem indicar quando a obra foi efetuada (CALASANS, 1997, p. 66/72; NOGUEIRA, 1978, p. 194-195).

O MÁRTIR DE CANUDOS

Porém a situação tinha mudado após a Proclamação da República, em 1889, não tanto por ser o Conselheiro adepto de D. Pedro II, mas sobretudo por ser contra o casamento civil, que ele considerava mera mancebia pecaminosa, e também por ser contra os novos impostos, verdadeiramente extorsivos. Nas feiras, os fiscais esfolavam os comerciantes. Manoel Benício relata um caso ocorrido em Chorrochó, em que o valor do imposto exigido de uma vendedora pela ocupação do solo – cem réis – era superior ao da esteira que ela deitara no chão com as mercadorias – oitenta réis (BENÍCIO, 1997, p. 161/163).

A propaganda do governo atribuía aos seguidores do Conselheiro comportamentos agressivos que eles jamais tiveram. Em Canudos havia ordem e respeito. Era proibido o uso de bebidas alcoólicas. Não havia roubos nem prostituição. Pequenas infrações eram punidas por ordem do próprio Conselheiro, geralmente bolos de palmatória. Os responsáveis por delitos graves eram entregues às autoridades de Monte Santo. Porém, para obter o apoio do povo, o governo plantou na imprensa a ideia de que Canudos representava um surto de banditismo e fanatismo religioso, fazendo crer que havia ali um movimento antirrepublicano visando à restauração da monarquia. Jornais a soldo do governo pintavam o Conselheiro como um fanático, impostor, louco, assassino, lunático, perturbador da ordem.

Nonato Marques (1984) faz ver que a imprensa, mal informada, apresentava Canudos como um foco revolucionário monarquista, quando na verdade os moradores do infeliz arraial eram uns pobres coitados que nada entendiam de política, nada sabiam de reis e imperadores, mal sabiam da existência de D. Pedro II.

É um desrespeito tachar os seguidores do Conselheiro de jagunços ou fanáticos. Os moradores de Canudos apenas lutaram para defender seus lares e suas famílias. A Guerra de Canudos foi uma guerra unilateral. Uma agressão.

Antônio Conselheiro, em defesa do povo pobre, dizia em suas pregações: “Eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo” (BENÍCIO, p. 162). E passou a incitar o povo a não pagar impostos e a negar obediência às normas do novo regime (OTTEN, 1990, *passim*).

Por aí se vê que ele não era um indivíduo alienado. Suas pregações não eram ocas, desvinculadas da realidade social. Para ele a religião não era coisa só do espírito, mas também relacionada com a vida. Ele usava o sentimento cristão como elemento

aglutinador da comunidade. Suas palavras davam sentido à vida dos sertanejos, indicando os limites do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários, e mostrando que era possível superar os abusos.

Com isso, além de incomodar a Igreja, Antônio Conselheiro incomodava também o governo. Porém quem se sentia mais prejudicado eram os grandes fazendeiros, pois seus trabalhadores, cansados de ser explorados, abandonavam as roças e iam juntar-se ao peregrino. Acabara de ser decretada a abolição da escravatura, mas os escravos só tinham sido libertados juridicamente, pois na prática continuavam escravos, ou pior, porque antes ao menos tinham comida, e agora, sendo “livres”, nem isso tinham. Foram, com efeito, os grandes latifundiários do sertão que deflagraram os primeiros combates ao Conselheiro.

Conforme assinalou o prof. José Calasans, o mais profícuo estudioso do episódio de Canudos, em depoimento a Oliveiros Litrento, Antônio Conselheiro era um homem humilde e não pretendia ser Deus (LITRENTO, 1998, 243-244). Ele não usurpava funções sacerdotais. Seguia a orientação contida na “Advertência” da *Missão Abreviada*, obra aprovada pelas autoridades eclesiásticas.

Escritores preconceituosos, míopes ou simplesmente mal-informados, assimilaram e difundiram a versão do governo e das autoridades eclesiásticas, dizendo que Canudos era um núcleo de “fanáticos” e retratando Antônio Conselheiro como um louco, um paranóico vulgar, de face escaveirada, a fim de desacreditá-lo, desfigurando-o física, psíquica e moralmente. Para ridicularizá-lo, chamavam sua túnica de “camisolão”. Para completar, sua única representação gráfica verdadeira é a fotografia tirada após a exumação de seu cadáver. Artistas “imaginosos” encarregaram-se de enfeá-lo, retratando-o como um louco, uma figura esquisita, monstruosa.

Antônio Conselheiro não tinha nada de louco. Nas circunstâncias do seu tempo e no meio em que viveu, era um homem dotado de muito saber. Como leitor da Bíblia, conhecia a tradição profética judaico-cristã. Escrevia bem. Em suas prédicas, além de citar a Bíblia (inclusive em latim), ele citava São Paulo, São João Crisóstomo, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Santo Ambrósio, entre outros pais da Igreja. Tinha o poder da palavra, fundada na fé, para orientação e aconselhamento dos fiéis. Baseava-se nos Evangelhos e especialmente no famoso livro *Missão Abreviada*, escrito pelo padre português Manoel José Gonçalves Couto, composto de orações, textos para meditação, instruções sobre assuntos diversos, biografias de santos. A *Missão Abreviada* foi durante muito tempo a “Bíblia do sertão”. O Conselheiro valia-se também

do livro *Horas Marianas*, instituído em latim pela Igreja e vertido para o português por frei Francisco de Jesus Maria Sarmiento, contendo orações e exercícios de piedade e principalmente os famosos ofícios da Virgem Maria, da Santa Cruz e dos Defuntos. Outro livro muito em voga àquele tempo era *Práticas Mandamentais*, de frei Manoel da Madre de Deus, contendo reflexões morais sobre os mandamentos da lei de Deus, exposições sobre as principais festividades do ano e outras práticas destinadas aos oradores sacros. As pregações do Conselheiro não eram simplórias ou primitivas. A leitura de suas prédicas revela o pensamento religioso, filosófico e político que lhe valeram o epíteto de Conselheiro. Suas prédicas em certos aspectos eram superiores às pregações dos frades missionários nas Santas Missões, falando do fim do mundo, dos castigos de Deus e do fogo do inferno, povoado de demônios com rabos, chifres e espetos. E o que mais importa é que ele tinha um ideal e sabia o que queria.

Como bem disse Frederico Bezerra Maciel (1986), ninguém segue um louco. Os loucos apenas são objetos de comiseração e às vezes de mangação. Onde já se viu um louco atrair prosélitos?

Observe-se este trecho, em que o Conselheiro discorre acerca do mandamento da lei de Deus atinente à vedação do falso testemunho, externando não só sentimentos cristãos mas também impressionante discernimento jurídico, analisando em boa doutrina o juramento e o depoimento das testemunhas em juízo, numa linguagem escorreita, clara e objetiva:

“O juramento é admissível para descobrimento da verdade, mas deve ser de modo que não aumente, nem diminua coisa alguma sobre o caso que fez objeto do juramento. Se, porém, ele se acha revestido de muitas circunstâncias que é impossível trazer tudo impresso na memória, convém que tome nota de tudo, decorando bem para que quando fordes prestar o vosso depoimento não cair em alguma contradição. Mas não obstante semelhante cautela, se cair em alguma falta não é motivo para perturbar o vosso espírito, porque Deus não quer o impossível. Ao passo que é horroroso o procedimento daquele que nada sabendo da causa, nem de vista, nem de ouvir dizer, presta juramento falso, movido por respeito humano, por paga ou por qualquer consideração. Também é admissível o juramento por ouvir dizer; mas é preciso que a testemunha declare o nome da pessoa que referiu o caso em questão, de modo que penetre a fonte original da causa, para ter o vosso depoimento o valor em direito. Mas, se o vosso depoimento não for nestes princípios, de modo que esteja no véu da incerteza, dizendo simplesmente – eu sei por ouvir dizer que se deu o caso em questão – não declarando o nome da pessoa, nem minuciosamente o que tiver ocorrido sobre o objeto do juramento, não vale o vosso depoimento. É pecado mortal deixar de dar o juramento,

sabendo a verdade, por remisso ou malícia. Razão por que se admite em direito que se possa obrigar a testemunha por justiça a dar o seu juramento para se saber a verdade das partes e a decisão dos pleitos” (CONSELHEIRO, apud NOGUEIRA, 1978, p. 111-112).

Pergunta-se: que louco seria capaz de discorrer sobre tal tema com tanta lucidez?

Também é falsa a informação da existência de manifestações de sebastianismo, messianismo, milenarismo, apocaliptismo e socialismo nas homilias do líder de Canudos. Conforme pontuou Oleone Coelho Fontes, os que enxergaram tais manifestações ou analisaram os fatos superficialmente ou apenas leram *Os Sertões* (CUNHA, 2002, p. 107/113; FONTES, 2009, p. 323/334).

De fato, o autor de *Os Sertões* foi extremamente injusto ao qualificar Antônio Conselheiro como “espécie bizarra de grande homem pelo avesso”, sintetizando “todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo”. Não satisfeito, valendo-se de conceitos matemáticos, Euclides acrescenta: “Antônio Conselheiro não é um nulo, é ainda menos, tem um valor negativo que aumenta segundo o valor absoluto da sua insânia formidável” (CUNHA, 1939, p. 23-24 e 50-51).

Em sentido oposto, Ataliba Nogueira assinala com justiça que Antônio Conselheiro foi um grande homem, um grande chefe, um grande benfeitor; soube agir com discernimento e descortino; em qualquer outra parte do mundo seria perpetuado o seu nome como benemérito (NOGUEIRA, 1978, p. 210 e 41).

E o grande sergipano José Calasans, falando das obras de Antônio Conselheiro e considerando as dificuldades sem conta por ele enfrentadas nas circunstâncias da época, afirma:

“Nenhuma outra pessoa, tendo em vista os problemas da fase estudada, prestou maiores serviços aos sertanejos. O malogro de sua obra com a tragédia em que o sertão se viu envolvido nos anos de 1896 e 1897, no maior drama de incompreensão da história brasileira, com erros acumulados de todas as partes e origens, não pôde, de forma alguma, obscurecer a atividade do Bom Jesus, que pregava para o bem, ajudava os desafortunados, abria tanques para recolher água nas terras das secas, erguia capelas, levantava cemitérios, realizando uma missão que o poder público e a autoridade eclesiástica não tinham, muitas vezes, condições ou vontade de empreender” (CALASANS, 1997, p. 61-62).

Antônio Conselheiro era um homem que tinha amor ao próximo, aos “mal-aventurados”, aos sertanejos sofridos, abandonados pelo poder público, que só aparecia

para punir e para cobrar impostos. Sentia-se responsável por eles, e, imbuído da mais pura preocupação evangélica, sonhava em reuni-los numa comunidade teocrática onde pudesse, com o tempo, oferecer melhorias para suas vidas.

REFERÊNCIAS

BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços*. Brasília: Senado Federal, 1997.

CALASANS, José. *Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*. In: *Cultura*, Revista do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, nº 16, 1973.

_____. *O séquito de Antônio Conselheiro*. In: *Revisa da FAEEBA*, Salvador, número especial (Canudos), 2ª. ed., jan./jun. 1995.

_____. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Sec. Cultura/CET/EGBA, 1997.

COSTA, Alcino Alves. *Lampião além da versão*. Aracaju: Sociedade Editora de Sergipe, 1993.

COSTA, Rangel Alves da. *Antônio Conselheiro em Sergipe*. *Jornal do Dia*, 2019. Disponível em: https://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=38197 . Acesso em 13 de mar. de 2021.

CUNHA, Euclides da. *Canudos (diário de uma expedição)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

FONTES, Arivaldo. *Antonio Conselheiro no Riachão do Dantas*. *Momento – Revista Cultural da Gazeta de Sergipe*, v. 2, nº 3-4, p. 7-8, ago./set. 1977.

FONTES, Oleone Coelho. *Euclides da Cunha e a Bahia*. Salvador: Ponto & Vírgula Publicações, 2009.

LITRENTO, Oliveiros. *Canudos: visões e revisões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969.

MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião – seu tempo e seu reinado*. Petrópolis: Vozes, 1986, vol. III, p. 270.

MARQUES, Nonato Marques, *Santo Antônio das Queimadas*. Salvador: N. Marques, 1984, p. 109.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.

OTTEN, Alexandre H., *Só Deus é Grande*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

SAMARONE, Antônio. *A passagem de Antônio Conselheiro por Itabaiana*. 93 Notícias, 2018. Disponível em: <https://93noticias.com.br/noticia/28365/a-passagem-de-antonio-conselheiro-por-itabaiana> . Acesso em: 12 de mar. de 2021.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *O padre e o beato: passagem de Antônio Conselheiro pela vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto - SE (século XIX)*. In: *X Encontro Nacional de História Oral*. Recife: UFPE/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos – o povo da terra*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

WANDERLEI, Leandro Aquino. *Conflito no sertão conselheirista: a relação do clero da Arquidiocese da Bahia com Antônio Conselheiro e seus adeptos (1873-1897)*. Recife: o autor, 2013.